

J

á é mais do que tempo de reconhecermos que a compreensão da experiência histórica da classe operária brasileira somente pode ser realizada se forem levadas em conta as inúmeras determinações que agem sobre ela. A classe operária deve ser definida, como já lembrou E. P. Thompson, pelos trabalhadores e pelo modo como eles vivem a sua própria história; a classe é a consciência que emerge da luta de classes.

Conseqüentemente, nenhuma experiência de uma classe operária pode ser considerada mais "verdadeira" do que outra. Não há nenhum sentido em submeter o proletariado brasileiro a uma competição com o proletariado de outros países, atribuindo ao nosso uma classificação patológica: fraco, apático, sofrendo de uma falsa consciência aguda, e às vezes até como incapaz de sua missão histórica, e assim por diante.

O estudo de Foot e Leonardi contribui para essa nova avaliação



SÉRIE FUNDAMENTOS

69

Foot Hardman

Professor da Universidade Estadual de Campinas...

Victor Leonardi

Professor da Universidade de Brasília



HISTÓRIA DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO NO BRASIL

(das origens aos anos 20)

SBD-FFLCH-USP



221628

2.ª edição revista pelos Autores



338.0981

H264 h
2. ed.

Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli

Edição de arte (miolo)
Milton Takeda
Divina Rocha Corte

Composição/Paginação em vídeo
Marco Antonio Fernandes
Maria Inês Rodrigues

Capa
Ary Normanha

Impressão e acabamento
W. Roth & Cia. Ltda.

1ª edição — 1982 (São Paulo)

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300122173

ISBN 85 08 03756 2

1991

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

Notas dos Autores à 2ª edição	5
Prefácio (Paulo Sérgio Pinheiro)	8
Nota de apresentação	13

Parte I

Principais características do desenvolvimento da indústria no Brasil

1. Revolução Industrial na Inglaterra. As primeiras fábricas brasileiras	21
Atividades industriais no Brasil-Colônia	22
Revolução burguesa e industrial na Inglaterra. Diferenças qualitativas com o Brasil	25
Espoliação colonial e dependência	28
Fábricas no Brasil-Império. Predomínio do latifúndio e da escravidão	31
Mudanças e permanência	39
2. Mercado mundial e divisão internacional do trabalho. A posição relativa do Brasil	42
Transporte e comércio: capital estrangeiro nos setores básicos	46
Burguesia cafeeira e capital industrial	49
Pequenas e grandes empresas: continuidade e ruptura	54
3. Concentração industrial e capital financeiro	58
Dominação imperialista no Brasil	59
Sistema bancário e formação industrial no Brasil	65

Parte II

Elementos do processo histórico de formação da burguesia e do proletariado no Brasil

4. Características da burguesia no Brasil	75
Relações entre burguesia industrial e oligarquias rurais	76
Burguesia brasileira e imperialismo: subordinação genética	79
Limites histórico-políticos do nacionalismo burguês	81
Revoluções burguesas e industrialização	83
5. Origens do proletariado fabril	90
Proletários, escravos e artesãos	90
Os proletários e a abolição	94
Origem social do proletariado	98
Primeiras associações e manifestações de classe: a greve de 1858	99
Raízes internacionais. Elementos de periodização	104
6. "O morto agarra-se ao vivo"	109
Proletariado: entre a tradição e a modernidade	109

Parte III

Os segredos da fábrica

7. Cidade e indústria. Regime de fábrica e operários urbanos	121
Os mercados urbanos	124
O espaço industrial	131
Condições de trabalho	134
Composição da força de trabalho. Imigração europeia	139
8. Condições de vida da classe operária	146
Concentração de bairros operários	149
Habitação	152
Consumo e custo de vida	155
Pauperismo urbano e condições sanitárias	157
9. Burguesia industrial e proletariado	160
Associações patronais e repressão nas fábricas	161

Parte IV

O movimento operário em cena: primeiras manifestações no Brasil

10. Internacionalismo e imigração	171
A Primeira e a Segunda Internacionais na América Latina. Referências ao Brasil	173
Lucidez e lacunas	180
11. Primeiros partidos socialistas no Brasil	184
Os socialistas brasileiros na década de 1890	190
Congresso socialista de 1902. Criação do PSB. Tentativas de organização a nível nacional	193
Crise da socialdemocracia	198
12. Os operários socialistas e o advento da República	202
Elementos historiográficos	204
13. Expressões regionais do movimento operário brasileiro: o proletariado nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Interior do Sudeste	221
Presença e dispersão do proletariado no território brasileiro	221
Importância e fragilidade do movimento da classe. Imprensa operária e associações em PE, BA, AL, RS, MG, RN, PR, MA, PB, CE, PI, PA, AM e SE	229
14. Aspectos culturais do movimento da classe	251
Classe operária e cultura	251
Lazer e natureza	254
Manifestações culturais	255
15. Anarcossindicalismo e congressos operários no Brasil	261
Imigrantes e colônias libertárias	261
Anarquismo e formação da classe operária	262
Greves e congressos operários	267
A greve geral de 1917	279
O 3º COB e a conjuntura 1917-20	281
Anos 1920: continuidade e transição	285
Notas aos capítulos	290
Bibliografia comentada	334

Nota dos Autores à 2ª edição

Para esta nova edição de nosso trabalho, reclamada já há algum tempo por estudantes e professores de diversos cursos de graduação e pós-graduação em todo o país, procedemos a uma revisão integral do texto e notas que o compõem. Não foi nosso propósito ampliar as matérias e análises desenvolvidas no livro, pois consideramos que, dentro dos objetivos de sua arquitetura inicial, o tratamento dos temas havia sido abrangente e minucioso. Esperamos que, com esta edição revista, o leitor ganhe em clareza, simplicidade e fluência, sem prejuízo dos conteúdos abordados; ao contrário, julgamos que o texto ora publicado pode alargar a função de instrumento de trabalho que este livro possui desde sua origem. Função complementada pelo acréscimo do item "Bibliografia comentada" ao final desta edição.

No que tem de síntese e introdução panorâmica, nosso trabalho não pretendeu inovar, mas antes servir-se de vasta contribuição teórica e historiográfica precedente, incorporando-a de forma crítica. No que oferece de pesquisa original, realizada pelos Autores com documentação inédita, colhida em arquivos internacionais e nacionais (inclusive fora do eixo Rio—São Paulo), o texto insistiu muitas vezes na dimensão factual, que se revela tanto mais relevante por compreender processos moleculares, fragmentários e descon-

traram-nos claramente que a providência não existe, que o governo é um flagelo, a beneficência uma ironia insultante. *Trabalhadores, desperta!*... Nas escolas *subsidiadas, ortodoxas, oficiais*, esgota-se a potencialidade mental e sentimental dos vossos pequeninos, com a masturbação vergonhosa e constante de mentirosa solidariedade no trabalho, na expansão e nas calamidades pátrias (...) Não procureis a dor de ter contribuído para a miséria e abjeção de vossos filhos; arranca-os ao ensino burguês! Animai os promotores ou regentes de escolas racionalistas, das quais sejam rigorosamente banidas as superfluidades e traições do ensino ortodoxo".¹⁷⁹

Além das manifestações culturais ligadas diretamente à presença dos núcleos anarquistas, que centravam sua crítica ideológica às instituições e valores da sociedade burguesa (Igreja, família, educação e sistema escolar, imprensa e literatura, guerra e militarismo), havia as iniciativas dos Centros de Cultura dos grupos socialistas: "Quando havia companheiros que tocavam algum instrumento, improvisava-se um baile para a juventude, em que aliás todos tomavam parte. Lembro várias dessas festas ou convêscotes na Vila Mariana, em chácara de um companheiro socialista, alemão ou austríaco, onde era habitual a reunião, aos domingos e dias festivos, de elementos germânicos socialdemocratas, bebendo cerveja preta, muito comum então, barata e gostosa, e jogando bochas".¹⁸⁰

Mas a classe operária brasileira em seu período inicial de formação não permaneceu limitada apenas às iniciativas culturais dos núcleos dirigentes anarquistas ou socialdemocratas. A classe trabalhadora das cidades esteve ligada a várias manifestações artísticas e culturais: jogos de rua, festas folclóricas, música popular etc. Por exemplo, nos desfiles de carnaval vários préstitos do Recife, ainda no século XIX, eram formados por associações de trabalhadores: as *Pás*, dos lixeiros; os *Toureiros*, dos vendedores de jornais; as *Quitandeiras* e as *Lavadeiras*.¹⁸¹ Deve-se lembrar, também, a presença dos trabalhadores na propagação do futebol de várzea, nas sociedades recreativas dançantes, além do público tradicionalmente numeroso de proletários nos espetáculos de circo e nas primeiras aparições do cinematógrafo nos centros urbanos. Sem falar na popularidade notória de jogos como a tómbola e o jogo do bicho.¹⁸² Mesmo em certas manifestações musicais, como as bandas, fez-se notar a presença de artistas músicos operários; foi o caso da antiga Corporação Musical da Lapa, em São Paulo, fundada por trabalhadores imigrantes italianos, em 1881, com o nome inicial de Lyra da Lapa.

15

Anarcossindicalismo e congressos operários no Brasil

Imigrantes e colônias libertárias

Em 1888, Artur Campagnoli, italiano, mestre escultor e anarquista, fundava uma comunidade libertária numa velha fazenda de Guararema, interior paulista. Apesar da simpatia dos camponeses, a experiência fracassou pouco tempo depois, reprimida pela polícia republicana.¹⁸³ Pietro Gori, importante líder anarquista italiano, fez referências a uma tentativa libertária do mesmo gênero em Santa Catarina: anarquistas norte-americanos teriam imigrado para essa região, fundando a Colônia Cosmos.¹⁸⁴ Parece que os sertões desabitados do Centro-Sul brasileiro eram preferidos para a localização destas primeiras experiências de comunidades anarquistas. Há ainda referências à Colônia Vapa, criada por imigrantes letões, na longínqua região de Assis, Estado de São Paulo: não havia circulação monetária; alimentação, vestuário e moradia eram coletivizados; os instrumentos de trabalho eram de posse comunitária; havia uma equilibrada divisão sexual e etária do trabalho; as relações amorosas estavam liberadas. Comenta um autor que, entre as características dos membros desta aldeia, destacavam-se "uma saúde de ferro e uma calma extraordinária".¹⁸⁵

A mais conhecida destas primeiras comunidades libertárias no Brasil foi a Colônia Cecília.¹⁸⁶ Autorizada por D. Pedro II, es-

ta colônia teve na figura do engenheiro agrônomo Giovanni Rossi seu principal expoente. Em abril de 1890, o grupo de anarquistas instalava-se na região de Palmeira, interior do Paraná. Até 1893 a colônia sobreviveu, quando o grupo remanescente foi expulso pela polícia republicana, dispersando-se pelos confins do país. Antes da repressão direta, porém, a Colônia Cecília já havia enfrentado dificuldades: a incompetência da maioria dos membros para as agruras do trabalho agrícola; a distância entre os ideais libertários e as condições materiais concretas.

Anarquismo e formação da classe operária

Segundo Sebastien Faure, “quem negar a autoridade e a combater é um anarquista”.¹⁸⁷ O caráter genérico e abstrato desta definição já indica a fluidez e abstração próprias do anarquismo, em suas várias tendências. A ênfase especialmente dada pelas doutrinas anarquistas a uma atitude libertária e à espontaneidade do movimento operário acaba por levar à rejeição da forma político-partidária de organização. Os anarquistas rejeitam “tudo que se pareça, ainda que vagamente, com um partido organizado com vistas à conquista e à manutenção do poder”.¹⁸⁸

O anarcossindicalismo, uma das últimas correntes do anarquismo surgidas na história do movimento operário, é tributário das posições de Bakunin, um dos dirigentes da Primeira Internacional dos Trabalhadores. Desenvolveu-se, principalmente, a partir do último decênio do século passado. No início do século XX, o anarcossindicalismo chegou a obter o controle de importantes centrais sindicais na França (Confederação Geral do Trabalho) e na Espanha (Confederação Nacional do Trabalho), organizadas de forma federativa por categorias profissionais (CGT) ou por localidades regionais (CNT).¹⁸⁹ No congresso internacional anarquista de Amsterdã (1907), deu-se a clara cisão entre anarcocomunistas (Malatesta) e anarcossindicalistas (Monatte). Estes últimos destacavam o *sindicato* como *meio e fim* da ação libertária e a greve geral revolucionária como a arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo. A rejeição da luta político-partidária contra o Estado levaria o anarcossindicalismo a posições economicistas: era o resultado da ênfase dada ao plano da luta sindical. Apesar desses limites, é necessário ressaltar o peso que tiveram os anarcossindicalistas como parte integrante do movimen-

to operário europeu. Na França, essa tendência ficou conhecida como *sindicalismo revolucionário*.¹⁹⁰

No Brasil, seria esta a tendência majoritária no movimento operário do Centro-Sul, a partir dos primeiros anos do século XX. Com efeito, após o refluxo momentâneo das atividades dos socialistas, nos primeiros anos da República, foi no primeiro decênio deste século que o anarcossindicalismo despontou como tendência expressiva da parcela mais importante do movimento operário no Brasil. As greves que cresciam em número, a intensa atividade sindical e o afluxo da imprensa operária tiveram nos núcleos de militantes anarcossindicalistas um respaldo dos mais decisivos.

Cento e onze greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900-10; e 258, no período 1910-20, de acordo com o levantamento parcial feito por Edgar Rodrigues, que exclui a conjuntura 1917-18.¹⁹¹ Bóris Fausto, pesquisando somente os anos 1917-20 e restritos a São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Distrito Federal), levantou a ocorrência de mais de duzentas greves operárias envolvendo, somente nos casos em que este dado era disponível, a participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores.¹⁹² O mesmo Edgar Rodrigues relacionou, para o período anterior a 1922, a criação no Brasil, pela classe operária, de 99 uniões operárias, quatro alianças operárias, setenta cooperativas e associações de auxílio e socorro mútuo, 29 grupos anarquistas específicos, 59 ligas operárias, quarenta associações e sociedades operárias, treze clubes, círculos e movimentos operários, dezesseis bibliotecas, 21 grupos de teatro social, 26 escolas livres, quarenta sindicatos; além da realização de 110 conferências de cunho social, 42 cursos culturais, sete Congressos Nacionais Operários e doze Estaduais; e a formação de 26 Federações Regionais Operárias e da Confederação Operária Brasileira (COB, de âmbito nacional, criada em 1908, sob a égide direta das lideranças anarcossindicalistas); este autor levantou, ainda, a realização de 33 festivais operários de solidariedade a jornais, escolas e pró-presos e deportados, além das seguintes manifestações públicas: 22 passeatas, 119 comícios e protestos públicos, 27 assembleias e oitenta comemorações (incluindo-se as de Primeiro de Maio).¹⁹³ Tais levantamentos certamente são incompletos, dado o próprio caráter descontínuo e fragmentado da documentação historiográfica do movimento operário. Eles servem, porém, para registrar a significativa presença da classe operária brasileira na Primeira República. Presença não pacata, aliás, pois sempre esteve marcada pelo enfrentamento direto com o Estado oligárquico, cuja repressão, apenas nos casos registrados e anteriores a 1922, deixou as seguintes marcas:

cinquenta repressões e fechamentos de organizações operárias, quatorze mortes de trabalhadores, 657 prisões em razão de greves, 31 deportações e 128 expulsões do território nacional.¹⁹⁴

Ao lado da repressão policial e jurídica (cujo exemplo claro é a Lei de 1907, que legitima a expulsão do país de “agitadores estrangeiros”), a ideologia dominante, eivada de xenofobismo e de espírito conciliador ante os conflitos de classe, tinha na Igreja e no patriarcalismo os seus principais pilares. Neste sentido, o anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo, presentes nas manifestações operárias dirigidas pelos anarquistas, eram aspectos decisivos na demarcação de um terreno ideológico e político distinto da ordem dominante e próprio do proletariado.

Era muito comum, na imprensa operária do período, a crítica anarquista ao autoritarismo do clero e aos desmandos da Igreja, tanto no plano ideológico quanto na exploração concreta do trabalho operário, em particular de menores. Jornais como *O Livre-Pensador* (SP, 1903) e *A Lanterna* (SP, 1901), com nítida influência anarquista, especializaram-se, desde o início de sua publicação, no combate anticlerical.¹⁹⁵

O antimilitarismo, associado intimamente à bandeira do internacionalismo proletário, foi outro aspecto fundamental da militância anarquista naquele período. Em 1908, diante da manobra militarista envolvendo os governos brasileiro e argentino, vários líderes anarquistas desenvolveram intensa campanha de mobilização popular contra o serviço militar obrigatório, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por outro lado, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, intensificou-se a agitação pacifista dos grupos libertários: ironicamente, os líderes acusados constantemente pela imprensa burguesa de serem “agitadores incendiários” levantavam-se, agora, e defendiam a paz de forma intransigente, com as palavras de ordem “Guerra à Guerra!” e “Papai, não vás à Guerra!” O auge da luta anarquista contra a guerra, no Brasil, foi marcado pela realização do *Congresso Internacional da Paz*, no Rio de Janeiro, de 14 a 16 de outubro de 1915; coordenado pela Confederação Operária Brasileira, dele participaram dezenas de organizações operárias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além de delegações internacionais da Argentina, Portugal e Espanha.¹⁹⁶

A COB tomara semelhante iniciativa após a proibição, pelo governo espanhol, da realização de um congresso internacional se-

melhante, que deveria ter se reunido em El Ferrol, no final do mês de abril daquele mesmo ano. Com a proibição decretada por Afonso XIII, quando já chegavam os delegados de outros países à Espanha, decidiu-se realizar pelo menos uma reunião. O tema central — a atitude dos proletários ante a guerra — não pôde ser abordado, mas “acordou-se então a reorganização da Associação Internacional dos Trabalhadores (...) em reunião, quase secreta, assistida por alguns delegados espanhóis e os que haviam seguido de Portugal”.¹⁹⁷ Esses fatos são narrados, com grande ênfase, logo nos primeiros parágrafos de um panfleto impresso distribuído pela COB, no Rio de Janeiro, no dia da abertura do Congresso Internacional da Paz. Como se vê, alguns anarco-sindicalistas brasileiros, que três anos depois iriam apoiar a Revolução Russa e aderir à Terceira Internacional, naquele ano ainda pensavam na reorganização da Primeira Internacional.

Além destas manifestações, a comemoração do Primeiro de Maio, através de mobilizações operárias independentes em relação ao patronato, à Igreja e ao governo, era incentivada pelos núcleos anarquistas, desde o século passado: o caráter de luta proletária e de solidariedade internacional (homenagem aos militantes operários assassinados em Chicago, em 1886) era sempre destacado nas mobilizações que, quase invariavelmente, terminavam em acirrados encontros de rua com a polícia. Uma das maiores concentrações de trabalhadores em comemoração ao Primeiro de Maio, realizada no Brasil, no período anterior a 1930, ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1919: cerca de 60.000 trabalhadores compareceram a um comício realizado em praça pública, convocado por várias associações operárias. Os oradores foram ouvidos dentro de um clima de intensa mobilização. Saindo da praça Mauá, uma multidão colossal percorreu, a seguir, as ruas do centro da Capital Federal, reivindicando melhores salários e plenas liberdades sindicais.

Além do Primeiro de Maio, outros exemplos marcantes de solidariedade internacional devem ser assinalados: o apoio à Revolução Proletária na Rússia em 1905 e as denúncias contra a repressão czarista; a realização de vários comícios pela libertação de Francisco Ferrer, após o massacre da insurreição operária de Barcelona, em 1909¹⁹⁸; imediata solidariedade aos bolcheviques e à Revolução Russa vitoriosa de outubro de 1917.¹⁹⁹

Diante do movimento operário que, apesar da instabilidade organizacional própria de um proletariado ainda em formação, se fa-

zia presente na vida social e na cena política brasileira, de forma cada vez mais intensa, como reagiam as classes dominantes e o Estado na Primeira República? Basicamente, através de forte repressão policial e jurídica, dada a fraqueza congênita da burguesia brasileira, incapaz de organizar politicamente sua dominação de classe fora do quadro de sistemas autoritários ou ditatoriais. Porém, além deste traço predominante, a pressão real do movimento operário obrigou a classe dominante a valer-se de outros recursos, para além da pura repressão. A este respeito, toda a legislação trabalhista elaborada pelo Estado na Primeira República, muito antes da era varguista, representa um ensaio geral do que seria a política sistemática do Estado em relação à “questão social” após 1930. O aparecimento da legislação do trabalho refletiu, basicamente, os efeitos concretos que o ascenso do movimento operário provocava sobre a política social das classes dominantes. De qualquer modo, pois, “a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República, principalmente sob a direção dos sindicatos anarcossindicalistas”.²⁰⁰ Sobre este tema, um outro autor confirma: “As causas da legislação trabalhista e de previdência social brasileira estão, pois, nas lutas dos trabalhadores, em escala nacional e em escala internacional, pelos seus próprios interesses. Essa legislação é uma conquista, não uma concessão. Assim como o Terceiro Estado não obteve os direitos a que aspirava, pela concessão generosa da Nobreza e do Clero, assim também o operariado conquistou os seus direitos, não os teve como dádiva das classes dirigentes”.²⁰¹

Um fato marcante, nas tentativas do Estado oligárquico em cooptar uma liderança disposta a converter-se em burocracia sindical com vistas ao controle do movimento operário, foi a realização, no Rio de Janeiro em 1912, de um “Congresso Operário”. Apesar do nome, tratava-se de uma iniciativa oficial do marechal Hermes da Fonseca, no sentido de criar bases de manobra junto aos meios sindicais do Rio de Janeiro. O encontro foi dirigido pelo filho do presidente, o tenente e deputado Mário Hermes, e pelo dirigente sindical Pinto Machado, verdadeiro “aprendiz de pelego” da época. Realizado no Palácio Monroe, sede do Senado Federal, espaço santuário e suspeito para um encontro operário, este “Congresso Pelego”, como ficou batizado posteriormente, não chegou a dar frutos muito positivos do ponto de vista dos interesses do governo de Hermes. A burocracia sindical se constituiria bem mais tarde, após

1930, sob a égide do sindicalismo oficial implantado pelo Estado varguista. Na Primeira República, em que pesem todos os percalços, o movimento operário ainda conseguiria — principalmente sob a liderança dos anarcossindicalistas — manter sua autonomia ante o Estado.²⁰²

O “Congresso Pelego” era apenas uma das faces do governo Hermes. O bombardeio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, havia provocado a morte de mais de cem pessoas — homens, mulheres e crianças — envolvidas na Revolta dos Marinheiros. Como se sabe, na Marinha brasileira, dotada de modernos encouraçados construídos na Inglaterra, até 1910 se manteve um regime disciplinar regulado por códigos dos séculos XVIII e XIX, onde os castigos corporais eram autorizados. O trabalho dos marinheiros era duro e excessivo. As 250 chibatadas no marujo Marcelino Rodrigues agiram como catalisador, precipitando a revolta, em novembro de 1910: os marinheiros, liderados por João Cândido, mataram vários oficiais e se apoderaram, na Baía de Guanabara, dos bem equipados encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, apontando seus canhões para o Palácio do Governo. Hermes da Fonseca reprimiria violentamente essa revolta.²⁰³ Centenas de marinheiros foram deportados para os seringais da Amazônia. Vários foram fuzilados em alto-mar, no navio *Satélite*, em 1911, entre eles os principais líderes, o que não impediria Hermes da Fonseca de patrocinar, ele próprio, o congresso dito “operário” de 1912.

Greves e congressos operários

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizou-se no Rio de Janeiro, de 15 a 22 de abril de 1906, na sede do Centro Galego, à Rua da Constituição. A intensa propaganda de convocação, através de circulares das associações operárias, publicadas nos jornais anarquistas e socialistas, foi muito importante para a aglutinação do movimento e realização do congresso: a imprensa operária daquele período, em particular os jornais e revistas anarcossindicalistas, foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos de organização e de mobilização dos trabalhadores. É importante registrar as organizações que participaram deste congresso, para se ter uma idéia clara da amplitude e da importância da atividade sindical no período,

impulsionada, principalmente, pelos núcleos de militantes anarcossindicalistas: *Federação Operária*, de São Paulo; *Centro Artístico Cearense*, de Fortaleza; *Centro Protetor dos Operários*, de Pernambuco; *União Operária*, do Rio Grande do Sul; *Federação Socialista Baiana*, de Salvador; *União Operária Alagoana*, de Maceió; *Centro Operário Fluminense*, de Niterói; *Junta Auxiliadora dos Operários*, de Vila Nova Lima (MG); *Centro das Classes Operárias*, de Juiz de Fora; *Sociedade Internacional dos Operários*, de Santos; *Centro Operário e União dos Artistas*, de Campos (RJ); *União Operária*, de Ribeirão Preto; *União Operária e União dos Trabalhadores Gráficos*, de Campinas; *União dos Trabalhadores Gráficos*, de São Paulo; *União dos Operários das Pedreiras*, *Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral*, *Centro dos Operários Marmoristas*, *União dos Operários Estivadores*, *Centro dos Empregados em Ferrovias*, *União dos Chapeleiros*, *União dos Correiros e Artes Correlativas*, *Liga Operária Italiana*, *Liga dos Artistas Alfaiates*, *União dos Carpinteiros e Artes Correlativas*, *União dos Manipuladores de Tabaco*, *Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café*, *Centro dos Operários do Jardim Botânico*, *Liga das Artes Gráficas*, *União dos Maquinistas Terrestres*, *Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais*, *União dos Rebedores em Ferrocarris*, *Sociedade de Classe dos Marceneiros*, *Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas*, *Centro Internacional dos Pintores*, *União Operária do Engenho de Dentro*, todas do Rio de Janeiro.²⁰⁴

Se forem analisadas as principais Resoluções aprovadas neste Primeiro Congresso Operário, ficará clara a predominância do anarcossindicalismo como tendência orgânica do proletariado no Brasil, naquele momento. Contra a proposta dos delegados socialistas de formar um partido político, foi aprovada a tese anarcossindical de criação da Confederação Operária Brasileira, inspirada diretamente no modelo da CGT francesa, então sob influência do sindicalismo revolucionário. A COB teria como porta-voz o jornal *A Voz do Trabalhador*, passando a funcionar a partir de 1º de fevereiro de 1908, com sede à Rua do Hospício, 156, Rio de Janeiro. Era formada por: a) federações locais ou estaduais de indústria ou de ofício; b) federações locais ou estaduais de sindicatos; c) sindicatos isolados de lugares onde não existam federações locais ou estaduais, ou de indústria ou de ofício não-confederados. A Resolução de fundação ainda dizia: “Só os sindicatos exclusivamente formados por

trabalhadores salarizados e que tenham como base principal a resistência podem fazer parte da Confederação”; “Cada sindicato aderente contribuirá para as despesas com uma cota mensal de 20 réis por cada um de seus membros”.²⁰⁵

Tais itens eram fundamentais pois garantiam, na prática, a manutenção do caráter classista e independente por parte da organização operária, constituída e sustentada pelos próprios trabalhadores. Os funcionários dos sindicatos eram operários voluntariamente eleitos pela classe que não recebiam nenhuma remuneração pelo exercício de suas funções, definidas como meramente administrativas e não diretivas. Assim, o congresso deliberou que deveriam ser excluídos dos sindicatos operários todos os mestres, contramestres, encarregados e “operários, enfim, que exerçam qualquer cargo de mando”.²⁰⁶ Além disso, o congresso propunha uma campanha de agitação imediata contra o militarismo e pela jornada de trabalho de oito horas. Entre os meios de ação defendidos para levar adiante a resistência material e moral contra o patronato estavam incluídos: “a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labêu, a manifestação pública etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento”.²⁰⁷ O congresso manifesta-se contra a existência de “títulos honoríficos e de distinção na organização operária”; pela abolição do trabalho por obra (peça) ou empreitada, porque facilita a divisão da classe; pelo pagamento de salário semanal e em data certa, para evitar atrasos e calotes. Finalmente, o congresso aprovou moções específicas sobre a organização imediata dos colonos e operários agrícolas, dos trabalhadores nas minas, dos operários do Estado e das mulheres operárias.²⁰⁸

Entre as numerosas greves ocorridas entre a virada do século e 1906, é importante destacar: uma greve nas docas de Santos em 1897 que, seguindo velha tradição de luta do proletariado santista, assume características de greve geral em toda a cidade; a importante greve dos cocheiros e condutores, contra a Cia. Carris Urbana, em 1898, no Rio de Janeiro, marcada por violentos choques com a polícia, movimento que paralisou toda a cidade; várias greves esparsas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o ano de 1901; a greve generalizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1903, envolvendo cerca de 25 mil operários (tecelões, alfaiates, chapeleiros, carpinteiros, ourives, sapateiros, ferroviários, motorneiros e outros);²⁰⁹ greve dos catraieiros e marinheiros em Fortaleza, em 1904, marcada por violentos conflitos; greve dos sapateiros em Curitiba, em 1904; greves generalizadas nas docas de Santos, já em 1905.²¹⁰

O ano de 1906 foi marcado por um nítido aumento das lutas operárias. Além da realização do Primeiro Congresso Operário, inúmeras greves ocorreram, entre elas a paralisação dos sapateiros, no Rio de Janeiro, greve organizada pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, a qual conseguiu vitoriosamente impor sua tabela de reajustes salariais aos patrões (remuneração do trabalho domiciliar).²¹¹

Mas a mais importante foi a greve dos ferroviários da Cia. Paulista, deflagrada em 15 de maio pela Liga Operária de Jundiaí, chegando a ganhar características de greve generalizada no Estado de São Paulo, durante seus 15 dias de duração.²¹² Ao contrário da maioria das greves do período, de reivindicações salariais, esta foi iniciada devido a conflitos entre os empregados e um dos chefes da empresa, em solidariedade a um companheiro removido arbitrariamente. As assembléias operárias, realizadas no Teatro São José, em Jundiaí, eram massivas e acaloradas. A direção do movimento coube aos anarcossindicalistas, através da Liga Operária de Jundiaí e da Federação Operária de São Paulo, que se enfrentavam contra a associação criada pela empresa para dividir os operários, a “Sociedade Beneficente”. Enquanto a Liga Operária era subvencionada por contribuições voluntárias de seus filiados, o que lhe garantia autonomia sindical em face dos patrões e do Estado, a Sociedade Beneficente dos Empregados, entidade com respaldo patronal, sustentava-se à base de um desconto obrigatório de 10% dos salários dos trabalhadores, verdadeiro precursor do Imposto Sindical compulsório, criado posteriormente pelo Estado Novo.²¹³ Violentos choques com a polícia resultaram na morte de vários trabalhadores. O movimento alastrou-se rapidamente: as unidades de São Paulo, Jundiaí, Campinas e Rio Claro paralisaram totalmente; ferroviários da Mojiana, em Ribeirão Preto, da Sorocabana, em Sorocaba, têxteis, chapeleiros, barbeiros, artistas, pequenos comerciantes, trabalhadores santistas e do Rio de Janeiro, da capital e do interior paulista manifestaram sua solidariedade, através de greves e comícios. A Federação Operária de São Paulo declarou greve geral em todo o Estado, dia 26. Nesta data, “São Paulo transforma-se num campo de batalha com mais de 6 mil trabalhadores protestando contra as violências policiais praticadas para defender a Cia. Paulista”. Num comício efetuado no largo de São Francisco, convocado pela União dos Trabalhadores Gráficos, os estudantes, através de suas lideranças, hipotecaram total solidariedade às lutas dos operários.

A polícia invadiu a Faculdade de Direito, prendendo vários estudantes e trabalhadores. A greve terminou, derrotada, em 30 de maio, com a dissolução de um comício em Jundiaí e a morte de dois operários, a tiros, pela polícia estadual. Apesar desta derrota, o movimento foi importante como experiência de solidariedade de vários setores do proletariado, além de outros setores sociais: estudantes, pequenos comerciantes, jornalistas e advogados. Além disso, a atuação dos organismos sindicais operários, orientados pelas lideranças anarcossindicalistas, demonstrou, na prática, as reais possibilidades e limites do método da “ação direta”. As repercussões do conflito, fora do Estado, foram enormes: de São Paulo, a greve generalizou-se, passou às cidades do interior do Estado para, repercutindo como um eco, chegar à Capital da República e daí a Petrópolis, Porto Alegre e outras cidades e vilas, sendo que nesta última cidade, a greve foi geral, atingindo até o setor de transportes.²¹⁴

Em 1907, nesta maré de ascenso, várias greves eclodiram em São Paulo, Rio de Janeiro, Pau Grande (RJ), Porto Alegre, Vila Nova Lima (MG), além de inúmeros conflitos na Bahia. Além das paralisações do trabalho, os métodos de boicotagem e sabotagem dos produtos industriais, tão a gosto dos anarquistas, eram muito frequentes entre os operários, como por exemplo, no Moinho Matarazzo, em São Paulo, quando um apelo lançado pela Federação Operária aos “Operários de todo o Brasil!”, em abril de 1907, dizia: “... Guerra aos produtos de Matarazzo! Ninguém compre farinha do Moinho Matarazzo! Ninguém consuma a banha, o óleo e os fósforos da marca Sol Levante! Nenhum operário deve comprar nada aos estabelecimentos onde estejam expostos à venda os produtos de Matarazzo & Cia.”.²¹⁵

Mas, sem dúvida, a greve pela redução da longa jornada de trabalho para oito horas foi um dos momentos mais decisivos do movimento no período. O Primeiro Congresso Operário havia deliberado que o Primeiro de Maio de 1907 deveria converter-se numa jornada de lutas em que “o operariado do Brasil (de acordo com o método seguido pelos companheiros franceses)... imponha as 8 horas de trabalho”. Seguindo o apelo, a Federação Operária de São Paulo preparou manifestação pública, proibida pela polícia. A greve generalizou-se rapidamente: São Paulo, Santos, Rio Claro, Salto, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Pardo, São Roque, Ipiranguinha, Pilar e Bauru, no Estado de São Paulo, além do Rio de Janeiro e outros Estados. Iniciada pelos metalúrgicos e

construção civil, a greve ganha apoio de canteiros, serradores, pintores, operários em fábricas de pregos, de parafusos, pentes, barbanetes, tecelões, ladrilheiros, marmoristas, costureiras, cigarreiros, gráficos, garçons e empregados de hotéis, vidreiros, operários em fábricas de guarda-chuvas, operários de curtumes etc. Quando as costureiras saíram à greve, surgem na imprensa operária os seguintes versos: "As costureiras em greve/ Fazendo um muxóia ideal/ Repeitem: — Que o diabo leve/ Tesoura, agulha e dedal".²¹⁶ Eram operárias do ramo das pequenas indústrias de confecções e tiveram papel importante nesse conflito.

O movimento se estenderia, de forma espontânea e dispersa, durante o mês de junho. Enquanto as grandes empresas (mecânicas e têxteis) reuniam seus proprietários e formavam um verdadeiro cerco impermeável às reivindicações, os operários de pequenas empresas (fundições, construção civil etc.) foram muitas vezes melhor sucedidos, conquistando a tão almejada jornada de oito horas. Essa greve esteve marcada por violentos conflitos, inclusive com a prisão de líderes e invasão de sindicatos, entre os quais a sede da Federação Operária de São Paulo.

Em 1908, entre vários episódios do movimento operário, nova greve nas docas do porto de Santos paralisou toda aquela cidade, com violentos choques de rua e até mesmo a presença intimidatória de dois navios de guerra, enviados pelo governo federal.²¹⁷ Em 1909, eclodiram greves entre trabalhadores da Light (Rio de Janeiro), do gás, marítimos do Lloyd Brasileiro no Recife, fogueiros dos navios da Cia. Pernambucana e ferroviários baianos. A mais importante foi a greve geral dos ferroviários da Great Western, no Nordeste (cf. cap. 13).

O movimento operário entrou em relativo refluxo (1909-12). Reapareceria com maior intensidade após esta baixa, no ano de 1912, marcado por várias greves operárias, com um grau maior de espontaneidade, a partir do agravamento das condições de vida dos trabalhadores: aumento acelerado do custo de vida, escassez e precariedade de habitações, baixa acentuada do salário real. Em São Paulo, por volta do Primeiro de Maio, é criado por anarquistas e socialdemocratas o "Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida", que realiza comícios em vários bairros operários.

O ano de 1913 foi importante pois, além de várias greves, realizou-se, no Rio de Janeiro, o Segundo Congresso Operário Brasileiro, convocado pela COB, após intensa campanha de agitação

por todo o país, contra a Lei Adolfo Gordo de expulsão de estrangeiros. Através de seu porta-voz, *A Voz do Trabalhador*, convocam-se comícios de protesto simultâneos em todo o Brasil, no dia 20 de maio de 1913. Como saldo político desta mobilização, entre 8 e 13 de setembro daquele ano, realizou-se o Segundo Congresso Operário, na Rua do Senado, nº 215, sede do Centro Cosmopolita (sindicato dos empregados em hotéis, cafés, restaurantes e similares). Dele participaram: duas federações operárias estaduais (Rio Grande do Sul e Alagoas); cinco federações operárias locais (Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e Maceió); 52 sindicatos, sociedades e ligas operárias e quatro jornais operários de várias cidades do Brasil. No total, estiveram presentes 117 delegados, fazendo-se representar operários do Pará, Alagoas, Amazonas, Estado do Rio, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Foram reafirmadas as teses anarcossindicalistas que haviam predominado no Primeiro Congresso: defende-se o método da "ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo". A organização sindical autônoma e federativista é ainda reafirmada como principal instrumento de combate da classe: mais uma vez, nega-se a necessidade de qualquer partido político dos trabalhadores. O Segundo Congresso manifesta-se contrário ao cooperativismo e às associações beneficentes, acatando apenas os sindicatos operários de resistência como organismos próprios da classe. Ressalta-se, também, a necessidade de organizar os trabalhadores rurais. São levantados meios de ação para a luta pela fixação do salário mínimo e pela limitação da jornada de trabalho (as oito horas, que ainda estavam longe de ser uma conquista do conjunto do operariado). São aprovadas moções: "Contra a Lei de Expulsão"; "Contra o Serviço Militar Obrigatório"; "Solidariedade aos Trabalhadores de Portugal"; "Protesto contra as Arbitrariedades da Polícia Portuguesa". O congresso delibera inclusive que, em caso de guerra externa, o proletariado do Brasil deve declarar-se em greve geral revolucionária. Além dessa demonstração de internacionalismo — num momento em que a socialdemocracia passava a fazer coro com as burguesias beligerantes na Europa — o Segundo Congresso contou com a presença de delegados do Uruguai e da Argentina, encerrando-se solenemente com o hino revolucionário "A Internacional".²¹⁸

É interessante analisar os relatórios apresentados pelas diferentes associações participantes do Segundo Congresso Operário Brasileiro, pois eles nos dão indicações preciosas sobre a situação real

em que se encontrava a organização da classe, a nível nacional, àquelas alturas. Trata-se, quase sempre, de documentos manuscritos²¹⁹ contendo informações detalhadas sobre as condições de fundação desses sindicatos ou federações sindicais, nome dos fundadores, evolução do número de associados ao longo dos anos, greves e campanhas encabeçadas, lista das reivindicações, crises internas, dificuldades financeiras e outros problemas e aspectos da vida sindical. Através da leitura desses documentos percebem-se todas as dificuldades e esforços concretos presentes no movimento.

O número de greves e de lutas por categoria entre o primeiro e o segundo congressos (1906-13) foi muito grande. Desde greves gerais em certas cidades, generalizadas em certos Estados, até pequenos conflitos restritos a uma fábrica ou oficina. Houve de tudo. A título de exemplo, citaremos a “greve dos 21 dias” em Porto Alegre, em 1906, envolvendo marmoristas, pedreiros, carpinteiros, tecelões, metalúrgicos, pintores, alfaiates, marceneiros e correieiros; greve de 27 dias dos trabalhadores da Companhia Docas de Santos, em 1908, já mencionada. Ao lado dessas, encontramos, por exemplo, uma greve de tecelões em Niterói, de protesto contra um acidente de trabalho que provocara a morte de dois aprendizes, em 1907; greves em fábricas de tecido de Vila Isabel, em 1909 etc. Além disso, havia uma atividade internacionalista sempre presente, assinalada nos relatórios: a Federação Operária do Rio de Janeiro manteve discussões freqüentes, a partir de 1907, com a Federación Obrera Argentina a respeito da possibilidade de realização de um Congresso Operário Sul-Americano; a Federação Operária de Santos chega a enviar um propagandista à Europa, em 1913, para informar da necessidade de luta conjunta contra a Lei de Expulsão que, no Brasil, ameaçava os militantes emigrados; no mesmo ano, a Federação Operária do Rio de Janeiro adere e participa da campanha internacional organizada contra a prisão do “companheiro professor Brizel”, pela polícia portuguesa. Envia protesto, igualmente, pelo fechamento da “Casa Sindical” de Lisboa. E assim por diante.

A esse ascenso da classe correspondia, porém, no plano organizativo, um grau ainda incipiente de concretização. Os sindicatos tinham uma independência total em relação ao Estado e às classes dominantes. Isso é fundamental, porém não se deve perder de vista as dimensões do processo, que apenas se iniciava. Das federações que participaram do Segundo Congresso Operário Brasileiro, só três tinham um número razoável de associados: Rio de Janeiro,

Santos e Porto Alegre. Assim mesmo, o relatório da Federação Operária de Santos declara que apenas quatrocentos trabalhadores contribuem financeiramente para mantê-la, ou seja, estão efetivamente sindicalizados, embora “8.000 se declarem associados”, o que deve corresponder à quase totalidade da classe na cidade. Se não quisermos confundir classe com sindicato, veremos que o processo, apesar de muito importante, ainda se encontrava em fase inicial.

As demais associações participantes do Segundo Congresso declaravam, em seus relatórios, possuir o seguinte número de associados: União Metalúrgica de Porto Alegre: 47 associados, 34 contribuintes; Liga Operária de Batatais: 120 associados, “40 e poucos” contribuintes; Sindicato dos Carroceiros e *Chauffeurs* de Santos: 1.500 associados, cem contribuintes; União Gráfica de São Paulo: 350 associados, “cem a 130” contribuintes; Sindicato dos Pedreiros e Estucadores de Niterói: 83 associados, 43 contribuintes. Outras associações não declararam, nos relatórios enviados, o número de contribuintes, apenas o de sócios ou associados ou, ainda, de “fundadores”. Quando a data da fundação era recente, isso nos leva a supor que o número de membros não variara muito daquele indicado no relatório. Assim, por exemplo, a União Geral dos Pintores (RJ), fundada em outubro de 1912, tinha, em setembro de 1913, 35 “companheiros”. O Sindicato dos Operários em Ladrilhos e Mosaicos, criado dois meses antes do Segundo Congresso, declarava possuir 120 sócios. O Sindicato dos Tecelões de Niterói, 52 sócios. A Associação dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros declarava ter 243 sócios, o que não deve corresponder ao número de contribuintes, pois o próprio relatório comenta a dificuldade de se organizar esta categoria, “porque o meio em que trabalhamos nos tem afastado quase sempre das classes operárias a ponto de alguns ainda fazerem a distinção entre nós e elas”. O Centro Cosmopolita declarou possuir 2.500 associados, cifra que não deve estar tão longe da realidade, visto que o Centro organizara uma greve, em janeiro de 1912, com “cerca de 10.000 trabalhadores em Hotéis, Cafés e Botéquins” pela redução do número de horas de trabalho e pelo descanso semanal. Por se tratar de uma “Sociedade Humanitária, Beneficente e de Colocação”, é bem possível que o Centro tivesse um número grande de associados.

O problema não é apenas quantitativo. A instabilidade, sempre presente na vida dessas associações, assim como a falta de continuidade no processo organizativo, indicam que há outros aspectos

a serem considerados. A repressão sempre esteve presente, é verdade, mas não se pode atribuir exclusivamente a ela vários insucessos ocorridos. Assim, por exemplo, a Federação Operária Regional Brasileira, fundada no Rio em 1905, “foi encerrada, passando seus encargos para a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), fundada em setembro de 1906”, anarcossindicalista, a qual “tomou parte saliente” na greve dos sapateiros mas, entre dezembro de 1906 e março de 1907, “nada fez”. Realiza, a seguir, uma série de lutas; porém, de fins de 1910 a janeiro de 1912 (mais de um ano), ocorre “uma fase de desânimo e intrigas”. Foi “reorganizada” em maio de 1912. A FORJ teve, como já dissemos, um peso decisivo no Segundo Congresso.

Outro exemplo significativo de instabilidade sindical é o da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, também do Rio de Janeiro, importante associação que havia liderado, inegavelmente, a greve geral da categoria, decretada em 15 de agosto de 1903, à qual iriam aderir os estivadores, os pintores, os alfaiates etc. A greve alcançou uma vitória parcial, porém a Federação desapareceu, pouco tempo depois. O relatório do Segundo Congresso aponta como causas da dispersão uma certa “precipitação” durante a greve e a infiltração de um policial, “um tal de Francisco Fernandez”. Ora, a categoria, muito concentrada no Rio, em grandes fábricas, só se reorganizaria, no plano sindical, cinco anos depois, em 1908. Nesta data, surge o Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos, implantado nas fábricas de Vila Isabel, Andaraí e Sapopemba. Em poucos meses chega a ter oitocentos associados, desaparecendo, porém, no ano seguinte, em 1909, não só devido à repressão. Segundo o próprio Sindicato, reorganizado um pouco antes de 1913, a causa não seria apenas essa. O relatório também atribui o desaparecimento a erros de condução cometidos durante uma greve da Fábrica Confiança, de Vila Isabel, em março de 1909, quando teriam ocorrido, além de demissões, prisões.

Certas associações aparentemente ter tido vida longa. É o caso da Allgemeiner Arbeiter Verein (Associação Geral dos Trabalhadores), de Porto Alegre. Fundada em 1892, esteve presente no congresso de 1913, de que estamos tratando. Na ausência de estudos monográficos regionais detalhados, só podemos dizer que, se a associação efetivamente se manteve nesses vinte anos (algumas desapareceriam e eram reconstruídas, posteriormente, com o mesmo nome), isso talvez se deva, principalmente, ao fato de estar muito vinculada

a um determinado núcleo de imigrantes, como seu nome indica, tirando sua estabilidade muito mais desse fator étnico-cultural do que das características gerais do movimento sindical local. Declarou ter 192 associados.

Instabilidade e fraqueza numérica não devem ofuscar a importância do Segundo Congresso, dado seu caráter independente. O que a análise que estamos fazendo indica é outra coisa. Ela mostra que a COB, instalada em 1908 e reforçada pelo congresso de 1913, não chegara a se tornar, plenamente, uma central sindical. Era um instrumento necessário e poderoso nesse sentido, sem dúvida. Porém, o processo não se concluíra. Vejamos ainda outros aspectos contidos nos relatórios do Segundo Congresso, que reforçam essa tese. De Minas Gerais, por exemplo, além da União Operária de Juiz de Fora (280 sócios, fundada em 1912) participou o Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte, com dez sócios e cinco contribuintes. Segundo seu relatório, o Centro fora formado em março daquele mesmo ano, não participara ainda de nenhuma greve, e tinha representação “delegada” por quatro sindicatos, todos eles fundados três ou quatro meses antes: o dos carpinteiros, com 26 fundadores; o dos pedreiros, também com 26 fundadores; o dos serventes, com quatorze, e o dos pintores, com onze fundadores. A Federação Operária de Alagoas fora também fundada em maio de 1913, “pelo saudosos doutrinador João Ferro”, mas não declara o número de contribuintes. Revela que em agosto, um mês antes do congresso, ela fundara o sindicato dos estivadores, com 150 associados. Explica que, além deste, havia o dos gráficos, com 102 associados; o dos sapateiros, com oitenta; o dos marceneiros, com 28; e o de “ofícios vários”, com 27.

É interessante ainda observar que a Federação Operária do Rio Grande do Sul, fundada em 1906 por operários da antiga Escola Elisée Reclus, isto é, por anarcossindicalistas, só seria totalmente dirigida por estes a partir de 1911, quando, em eleições, os “polítiques”, isto é, os socialdemocratas, foram vencidos. Isso indica a presença desta tendência no Rio Grande do Sul até, pelo menos, aquela data.

Por último, assinala-se que a fundação desses sindicatos era feita de maneira absolutamente livre, sem nenhuma ingerência do Estado. O alagoano Virgínio de Campos, que assina, pela Comissão Executiva, o relatório da Federação Operária de Alagoas, conta, nesse texto, que os sindicatos locais e a Federação haviam sido

criados nos moldes da FORJ, “com base no que a COB nos comunicou”. Viviam apoiados nas finanças arrecadadas junto aos sócios contribuintes, ou, então, em campanhas, festas e promoções especiais, exclusivamente.

Quando, no ano anterior, Hermes da Fonseca patrocinara o congresso operário oficialista, a COB havia distribuído um panfleto na entrada do Palácio Monroe. Procurava, com razão, preservar a independência sindical. Porém, no panfleto, apresenta a si própria com dados exagerados que, como acabamos de ver, não correspondiam à realidade. Afirmava possuir “cinquenta ligas só no Distrito Federal” e “mais de quarenta mil confederados espalhados por todo o Brasil”.²²⁰

Esse panfleto é um indicador significativo de algumas concepções da COB. Em primeiro lugar, em nenhum momento a questão central é mencionada: a de que o congresso chamado operário não era justamente porque o próprio presidente da República o patrocinara e financiara. A questão é colocada no plano moral: “Chamamos a atenção dos delegados sinceros (...) apelamos para que as consciências puras (...) não se deixem salpicar nem contaminar pela lama corrupta cujas fétidas exalações do próprio umbral se sentem”.²²¹ Logo a seguir: “A política não só corrompe e envilece, é o cancro que destrói a vida social do nosso povo”.²²² A frase só é radical na aparência. Diz o texto que a COB não pode ser tachada de “oposicionista a este ou aquele governo, estando, como estão, varridas de seu seio as questões políticas”. Observe-se que, daqueles delegados “sinceros”, que a COB reconhecia estarem presentes, muitos interessavam-se, possivelmente, pelo primeiro ponto da pauta, que era o da criação de um “vasto partido político operário com sede nesta capital e delegações em todas as cidades e localidades de grandes indústrias no Brasil”.²²³

Essas contradições, entretanto, não podem colocar em questão o papel dos anarcossindicalistas no Brasil, naquele período. Diante de uma investida do Estado como aquela, patrocinada pelo marechal Hermes, eles respondiam: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”,²²⁴ em 1912. Quando, em plena guerra mundial, a maioria da socialdemocracia passou a apoiar as burguesias de seus países respectivos, os anarcossindicalistas brasileiros convocaram um congresso internacional contra a guerra, nesses termos: “Basta de chacina de trabalhadores! Queremos viver, e, para isso, necessário é varrer da face da terra os sustentácu-

los e defensores deste regime de injustiças. Queremos a Revolução! Proletário do mundo: abaixo a guerra, avante pela Revolução!”²²⁵ Isso foi em outubro de 1915, quando nem sequer algumas das frações mais combativas da Segunda Internacional haviam rompido abertamente com a política oficial de capitulação da direção social-democrata diante da guerra europeia.

Em 1914, o início da Primeira Guerra Mundial veio agravar ainda mais o estado de penúria da classe trabalhadora, com a carestia crescente e o fantasma do desemprego. Porém, não houve uma reação imediata do movimento operário; pelo contrário, diminuíram as greves; os grupos anarquistas e socialistas refluíram em suas atividades de organização. As federações anarcossindicalistas e os sindicatos operários perderam sensivelmente seus contingentes ou até mesmo desapareceram (como é o caso da importante Federação Operária de São Paulo, que já deixara de existir por ocasião do congresso de 1913). Somente em julho de 1917, com a greve geral em São Paulo, se abria um novo período de ascensão do movimento operário, que se estenderia até 1920.

A greve geral de 1917

“São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados — só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia. Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar sobre quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Mooca, Barra Funda, Lapa, sucedem-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começaram a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos. Os jornais saem cheios de notícias sem comentários quase, mas o que se sabe é sumamente grave prenunciando dramáticos acontecimentos”.²²⁶ Este aspecto da cidade de São Paulo, em julho de 1917, descrito pelo militante operário e historiador Everardo Dias, dá a impressão de um verdadeiro campo de batalha. De fato, a greve geral de 1917 paralisou completamente a capital paulista e colocou frente a frente o movimento

operário e a classe dominante através de um forte aparato repressivo do Estado.

O conflito iniciou-se com greves localizadas em fábricas têxteis, ainda no mês de junho (Mooca e Ipiranga); melhores salários e melhores condições de trabalho eram as reivindicações, incluindo-se a exigência de supressão da contribuição “pró-pátria” (campanha de apoio financeiro à Itália, desenvolvida pela burguesia imigrante em São Paulo, chegando até a fazer descontos dos salários dos trabalhadores, como foi o caso do Cotonifício Crespi). A greve estendeu-se para a Cia. Antarctica, na Mooca, no dia 7 de julho. No dia 9 de julho, à porta da Tecelagem Mariângela (do grupo Matarazzo), a Força Pública reprimiu violentamente uma concentração de operários, sendo morto o sapateiro anarquista Antonio Martinez.²²⁷

O enterro do jovem operário, no dia 11, foi o marco de violentas manifestações contra a polícia, representando o momento em que a greve se generalizou por toda a cidade. O cortejo fúnebre saiu do Brás, verdadeiro reduto da classe operária, atravessou o aterro do Carmo e deslocou-se até ao cemitério do Araçá, passando pelo centro da cidade e enfrentando o forte aparato repressivo.

Organiza-se o *Comitê de Defesa Proletária*, liderado por Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Francisco Cianci, Antonio Candeias Duarte, Gigi Damiani — todos anarcossindicalistas — e por Teodoro Monicelli — socialdemocrata e diretor do jornal *Avanti!*. A greve geral recebe adesões de trabalhadores de várias cidades do interior paulista, além da solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro. O número de grevistas chegou a 50.000, por volta do dia 15. O governo estadual pede reforços para a repressão ao governo federal, com deslocamento de tropas do interior e de dois navios de guerra, até as docas de Santos. As lutas nas ruas são intermináveis, desencadeou-se verdadeira revolta popular. Saques de armazéns, ataques a autoridades, piquetes, comícios e pancadarias dominam a cidade. O chamado “espírito de carnaval” toma conta da massa proletária em movimento: os garotos depredam os lampiões de gás, deixando as ruas às escuras; grupos de jovens invadem os bondes e vencem os motorneiros a alterar o trajeto. Crianças, homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairros, outra forma de associação criada pelos anarcossindicalistas. Os bairros operários tornam-se verdadeiras fortalezas de resistência dos grevistas; barricadas e esconderijos impe-

netráveis espalham-se pelos cortiços e becos tortuosos da Lapa, Brás, Mooca, Barra Funda, Ipiranga, Cambuci e Belenzinho.

A burguesia industrial paulista percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma *Comissão de Jornalistas* (todos da grande imprensa) que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitam uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os operários presos. Os empresários concederam 20% de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás, Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária. Até o final de julho, porém, apesar do arrefecimento do conflito, a greve prosseguiria, de forma espontânea e dispersa, em várias empresas de pequeno e médio portes da capital e do interior. Enquanto isso, greves generalizadas tinham lugar em diversas cidades do país.²²⁸

O 3º COB e a conjuntura 1917-20

O movimento operário no Brasil, acompanhando a vaga revolucionária internacional, esteve em ascenso entre 1917-20. Além dos fatores objetivos relacionados com o agravamento das condições de vida e trabalho do operariado, devido à Primeira Guerra Mundial, outros fatores propriamente políticos são decisivos: o trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pelas lideranças anarquistas; a atividade concreta de organização da classe, através dos sindicatos, uniões e ligas criados pelo anarcossindicalismo. É preciso assinalar, ainda, as determinações da própria conjuntura internacional, marcada pela revolução proletária na Rússia, em outubro de 1917, e pela maré revolucionária que sacudiu o continente europeu até o início dos anos 20: as revoluções abortadas na Alemanha e na Hungria, o levante operário de Turim, na Itália, a guerra civil na Rússia etc. A experiência vitoriosa dos conselhos operários soviéticos e do partido bolchevique, como forma de organização do poder revolucionário, espalhava-se rapidamente pela Europa, tendo efeitos diretos sobre o movimento operário da América Latina e do Brasil.

Na conjuntura 1917-20, o anarcossindicalismo esteve presente de forma bastante ativa nas grandes batalhas travadas pela classe operária brasileira.²²⁹ Apesar disso, não se pode dizer que o anarcossindicalismo tenha sido “direção” do movimento operário da época. A greve geral de 1917, por exemplo, apesar da intervenção ativa dos anarcossindicalistas (e, em muito menor escala, dos social-reformistas) foi muito mais um poderoso e expressivo movimento espontâneo de massas do que um processo dirigido e organizado por quem quer que fosse.

Além dos anarcossindicalistas, deve-se assinalar a presença, no Brasil, de outras correntes do movimento anarquista, entre elas aquela que, em novembro de 1918, tentou promover um levante na cidade do Rio de Janeiro, tendo como alvo a tomada do Palácio do Governo.²³⁰ Esse tipo de ação revelava a inexistência de uma formulação estratégica apropriada a respeito do Estado burguês, implicando forte dose de voluntarismo; isto, não só porque tal ação não possuía nenhum respaldo por parte dos trabalhadores, como também pelo fato de que, no país, naquele momento, apesar do ascenso operário verificado, não se configurava uma situação revolucionária. O Terceiro Congresso Operário Brasileiro (1920) revelava, pelo teor das reivindicações que, apesar do movimento extraordinário daqueles anos, poucas conquistas do proletariado puderam ser preservadas.

O Terceiro Congresso Operário Brasileiro realizou-se entre 23 e 30 de abril de 1920, no Rio de Janeiro, na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (Rua Acre, nº 19), contando com a participação de 150 delegados, representando cerca de 75 associações sindicais de vários Estados: Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), São Paulo (capital e interior), Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Amazonas e Pará. Como os congressos de 1906 e 1913, a possibilidade de sua realização foi determinada pela conjuntura de ascenso do movimento operário. Só que o Primeiro e o Segundo Congressos haviam se realizado em meio a mobilizações; o Terceiro Congresso deu-se, porém, já no período de declínio das lutas operárias, após a grande vaga dos anos 1917-19. No final de 1919, haviam sido deportados mais de vinte líderes operários, vários deles preparadores do Terceiro Congresso. A repressão desencadeava-se sobre associações de classe e lideranças.²³¹ Um dos delegados ao Terceiro Congresso, Plácido de Albuquerque, representante do Pará, faleceu após os maus-tratos recebidos na Central de Polícia, que o deteve no momento em que desembarcava no Rio. Os congressistas manifestaram-se contra todos estes ata-

ques.²³² Internacionalmente, a reunião levantou moções de repúdio à repressão contra os trabalhadores em Portugal e Espanha; contra “a tirania inglesa sobre o povo irlandês”; contra o assassinato de Rosa Luxemburgo e K. Liebknecht. Ainda em relação à situação internacional, o 3º COB resolve: “Declarar a sua expectativa simpática em face da Terceira Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem verdadeiramente às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo”.²³³

O movimento anarquista, na prática, até aquela altura, defendia o sentido social e geral da Revolução Russa, de forma irrestrita, “através de tudo e contra todos; quanto às suas teorias não as aceitamos em absoluto, e, quanto aos seus métodos de ação, não os conhecemos tão bem...” O mesmo texto diz que o grito de guerra “o poder para os soviets” poderia ter sido substituído — se os sindicatos russos fossem devidamente desenvolvidos — pela palavra de ordem “o poder para os sindicatos”, posição nitidamente anarcossindicalista.²³⁴

Em torno dessa questão, isto é, da teoria e dos métodos bolcheviques, iria se debater o movimento anarquista. Parte das lideranças acabaria por negar as concepções libertárias anteriores, aderindo à Terceira Internacional e estando na origem dos quadros fundadores do PCB, em 1922. Várias referências a Lenin surgiram na imprensa operária anarquista, ainda em 1917. Quanto a Trotski, era publicado, em 1919, um artigo de sua autoria (“Grande Época”), relativo ao Congresso de Fundação da Internacional Comunista.²³⁵ Ao contrário da maioria dos países, onde os partidos comunistas se originavam a partir de dissidências da socialdemocracia em crise, o PC, no Brasil, nasceria da crise do anarquismo, formado pela unificação de cerca de setenta militantes, quase todos oriundos do anarcossindicalismo. Várias das concepções do anarcossindicalismo, inclusive, não foram inteiramente abandonadas, nos anos iniciais de formação do PCB, cujo primeiro Comitê Central, em sua quase totalidade, era composto de quadros egressos daquela tendência.²³⁶

O 3º COB decidiu, ainda, formar uma Comissão Executiva para encaminhamento, a nível nacional e internacional, das resoluções aprovadas. Além do Secretariado Geral, com sede no Rio de Janeiro, sob coordenação de Edgard Leuenroth, havia Secretarias Regionais no Sul (Porto Alegre), no Nordeste (Recife) e no Norte (Belém). O movimento operário continuava, apesar de toda a precariedade, a se expressar nacionalmente.

Do Pará, o relatório apresentado ao 3º COB pela União dos Empregados no Comércio de Belém, fundada em 1919, atestava um

razoável grau de mobilizações naquele Estado.²³⁷ Já em Pernambuco, o movimento operário vivia uma divisão entre duas organizações: a Federação das Classes Trabalhadoras e a Federação Sindicalista. O anarcossindicalismo ganharia impulso naquele Estado, após a visita do líder operário José Elias, em 1914. Os conflitos entre as duas entidades diziam respeito à forma de organização sindical: o 3º COB, a propósito, lançou um apelo para sua imediata reunificação.²³⁸

No Rio Grande do Sul, enfim, um dos centros mais antigos do movimento operário brasileiro, realizou-se de 21 a 25 de março de 1920, em Porto Alegre, o Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, com cerca de trinta associações sindicais representadas, incluindo-se federações de “ofícios vários” de algumas cidades (Santa Maria, Caxias, Pelotas, Bajé, Santana do Livramento e Rio Grande), além do importante jornal da imprensa operária gaúcha, *O Syndicalista* (órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul, 1919-28). Neste quadro, percebe-se que o anarcossindicalismo era a tendência predominante no movimento operário daquela região. Além das teses tradicionais sobre organização sindical, guerra externa e moções de solidariedade internacional, esse congresso debateu a tese levada pelos operários de Pelotas: “Considerando que a correspondência operária é violada nos correios pela reação, de que meios se devem valer as classes trabalhadoras para evitar esse atentado?” Além da greve geral de protesto, meio de ação direta e legítimo como instrumento de combate da classe, os congressistas gaúchos aprovaram a criação de um “correio operário”, espécie de serviço postal paralelo e clandestino, que se organizaria a partir de contatos com “as classes marítimas e terrestres”.²³⁹ Ante a repressão, o Congresso Regional manifesta-se solidário ao anarquista e jornalista D. Fagundes, deportado pela polícia paulista, e lança as bases para a fundação de um “comitê pró-presos por questões sociais”, com sede em Porto Alegre, “formado por delegados de todos os sindicatos, para atender as vítimas da reação burguesa”.²⁴⁰

Voltando ao 3º COB, ainda em relação a propostas organizativas do movimento operário nacional, houve a designação de vários “secretários excursionistas”, encarregados dos contatos a longa distância, das viagens entre os Estados e pelo interior. Houve a proposta, também, de lutar pela realização de um Congresso Operário Sul-Americano, iniciativa encampada pela FORA (*Federación Obrera Regional Argentina*, fundada em 1901, organização anarcossindicalista). Entretanto, as duras condições do refluxo que se abria tornaram muito difíceis as tarefas da Comissão Executiva.²⁴¹

Anos 1920: continuidade e transição

A análise das principais resoluções do 3º COB revela que poucas eram as conquistas (no plano das reivindicações materiais e das formas associativas) que alcançavam ser preservadas pelo movimento operário ante a repressão do Estado; muito da temática produzida pelo 1º COB teria continuidade ao longo dos quase quinze anos que o separam do congresso de 1920. Pode-se até considerar que, antes de 1935, nenhuma ruptura qualitativa produziu-se no quadro organizatório dos sindicatos de trabalhadores. É claro que a intervenção dos comunistas, a partir de 1922, provoca mudanças consideráveis no jogo entre tendências pela hegemonia política; porém, mesmo o PC, condenado pelo Estado a uma quase perene clandestinidade, teria poucas chances, antes de 1945, de se converter num partido com uma implantação minimamente enraizada na classe operária por todo o território nacional. No plano sindical, eram ainda os anarcossindicalistas uma tendência expressiva, seguidos pelos *amarelos* (“trabalhistas”) que conseguiram certa implantação em alguns setores do meio operário da Capital Federal; e os comunistas que, minoritários, passavam a disputar a liderança de certas categorias, principalmente no Rio de Janeiro e em alguns centros urbanos maiores; no final da década, no interior do movimento comunista, já os trotskistas apareciam localizadamente, em especial em São Paulo, junto aos trabalhadores gráficos. Segundo dados publicados na *Internationale Syndicale Rouge* (nº 41), órgão da Internacional Sindical ligada à Terceira Internacional e aos PCs, havia no Rio de Janeiro, em 1924, cerca de 35.000 trabalhadores sindicalizados, sendo apenas 3.500 (10%) controlados pelo PCB e 1.500 pelos anarcossindicalistas (menos de 5%); a grande maioria estava dispersa entre os *amarelos*, “trabalhistas”, e sindicalistas autônomos.

Falar do movimento operário nos anos 20 é falar, inicialmente, num certo declínio das atividades mobilizatórias, entre elas a greve, pelo menos até o final do governo Artur Bernardes, marcado pelo estado de sítio e violentíssima repressão às organizações operárias; é falar, também, de um enfraquecimento da influência do anarcossindicalismo no movimento operário (tanto em função da crise política aberta com a fundação de um partido comunista a partir de quadros egressos daquela tendência quanto em função da própria repressão que atingiu diretamente as lideranças libertárias, após a Revolução de 1924, em São Paulo). Com exceção de alguns

redutos isolados, como o Rio Grande do Sul, que confirmam por isso mesmo a regra, é certo que os grupos anarquistas sofreram um impacto significativo no período de repressão dos anos 1920-25. Porém, no novo ascenso que se abriu a partir de 1926, os anarcossindicalistas ainda desempenhariam um papel decisivo na cena do movimento operário; mesmo que de forma intermitente (como, aliás, também em conjunturas históricas anteriores), os sindicalistas revolucionários imprimiriam uma marca fundamental na história do movimento operário brasileiro até, pelo menos, a grande repressão desencadeada a partir de novembro de 1935, cujo coroamento seria a ditadura estado-novista. A própria trajetória do jornal *A Plebe*, dirigido, em São Paulo, pelo tipógrafo anarcossindicalista Edgard Leuenroth, é ilustrativa dessa cronologia: foi editado, numa primeira fase, no longo período 1917-24, atingindo 291 números, com algumas curtas interrupções, em especial na turbulenta conjuntura 1917-20, quando foi duramente atacado pelas autoridades policiais e seu diretor preso e acusado de principal responsável pelo movimento grevista da época. *A Plebe* deixou de existir entre 1924-27 (estado de sítio), reaparecendo em 1927, com cerca de treze números, para desaparecer novamente. Entre 1932 e 1935 voltaria a sair, com pelo menos 102 números; a atividade remanescente do jornal após o Estado Novo apenas confirma a perda de importância do anarcossindicalismo no Brasil pós-guerra: entre 1947-51 saíram os últimos 33 números disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth.

Entre 1923 e 1924, sob pretexto de conexões com os militares revoltosos dos levantes tenentistas, são presos e deportados vários líderes operários, tendo sido fechados jornais da imprensa operária (p. ex., *Movimento Comunista*, *Voz Cosmopolita*, *O Alfaiate*) e invadidas pela polícia algumas sedes importantes de associações sindicais, como a União dos Operários em Construção Civil e o Centro Cosmopolita (empregados em hotéis e restaurantes), no Rio de Janeiro.²⁴² Ainda em 1923, a resposta do jornal *O Trabalhador Gráfico* aos ataques recebidos, durante uma greve da categoria em São Paulo, recolocava mais uma vez em evidência o padrão dominante de comportamento da burguesia ante as formas associativas do proletariado, ao considerá-las simples prolongamento do universo do crime:

²⁴² A Comissão Executiva da União dos Trabalhadores Gráficos, constituída de operários gráficos, nunca contou em seu seio incendiários, contrabandistas de baralhos ou papelão, ou falidos fraudulentos. É

bem verdade que alguns dos seus membros já foram incomodados pela polícia. Mas não o foram por nenhum daqueles crimes, e sim por dedicar os seus esforços para conquistar melhorias para os trabalhadores".²⁴³

Na crise das oligarquias e da República Velha que se desenvolve durante os anos 20, o movimento tenentista provocou fissuras indistigáveis no seio das forças armadas, portanto no coração do aparelho de Estado. Na revolta paulista de 1924, liderada pelo militar dissidente Isidoro Dias Lopes, a classe operária interveio com suas reivindicações próprias, se bem que ainda de forma desorganizada, pela inexistência de um partido plenamente constituído ou de qualquer outro organismo de poder operário. Nesse contexto, é interessante analisar o documento assinado por toda a liderança anarcossindicalista e encaminhado aos "tenentes" que ocuparam o poder em São Paulo, intitulado: "Moção dos Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias". Nele, após considerar os princípios de "justiça e liberdade" expostos pelos militares revoltosos no seu Manifesto, bem como a disposição do Comitê em "receber todo e qualquer cidadão que necessite das nossas providências no sentido das suas necessidades e aspirações", os anarcossindicalistas, apresentando-se como "militantes das classes trabalhadoras de São Paulo", encaminham "os alvites seguintes":

1º — A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela de gêneros de primeira necessidade, inclusive vestuário e habitação;

2º — A fixação, também, de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, vestuário e habitação, em equilíbrio com a tabela a que se refere o período acima;

3º — O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;

4º — A liberdade de imprensa operária e de manifestação do pensamento em praça pública, bem como a revogação da lei de expulsão (de estrangeiros), da parte em que se refere às questões político-sociais;

5º — O direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhes pareçam mais práticos e venham ao encontro das suas aspirações de liberdade e justiça;

6º — Finalmente, a generalização do dia de oito horas de trabalho".²⁴⁴

O massacre dirigido pelo governo Bernardes à revolta militar de São Paulo resultou, entre outras coisas, na deportação de cerca de novecentas pessoas — incluindo-se aí importantes quadros do anar-

cosindicalismo, entre eles pelo menos quinze dos 26 signatários da “Moção dos Operários” acima citada — para os confins da colônia penal de Clevelândia, na região do Oiapoque.²⁴⁵

Quanto às mobilizações, em especial as greves operárias, fica claro um patamar descendente a partir de 1920, chegando ao nível mais baixo no período 1924-27. Já em 1926, alguma atividade reapareceria: p. ex., o Primeiro de Maio teve grande concentração operária em praça pública. E, a partir de 1927, com a retomada mais intensa da atividade sindical e política, além do reaparecimento da imprensa operária e dos movimentos grevistas, até a grande repressão do final de 1935, o movimento operário viveria uma curva ascendente, com pequenos altos e baixos que não chegaram a alterar qualitativamente a tendência ao acirramento da luta de classes e à presença efetiva dos trabalhadores, naquela conjuntura de crise e modificação da forma de dominação burguesa.²⁴⁶

Foge aos nossos objetivos, aqui, analisar os desdobramentos da crise de dominação política que culminará na Revolução de 1930. As relações entre o nacionalismo pequeno-burguês e o tenentismo, a crise oligárquica da “política dos governadores”, a política desenvolvida pelo Partido Comunista naquela conjuntura, os efeitos da crise da Terceira Internacional, a ascensão do fascismo na Europa, a crise econômica mundial do capitalismo são temas, por si só tão abrangentes, que demandariam outro volume. Neste final de ensaio, o que pretendemos assinalar é tão-somente certos traços de continuidade no movimento operário, pelos anos 20 adentro, tanto em nível organizatório quanto no plano das lideranças e do padrão repressivo sistemático do Estado.

Em 1929, durante a importante greve dos gráficos, em São Paulo, o principal alvo da repressão policial seria, mais uma vez, o sindicato: “Sucedem-se as prisões de operários, o fechamento da sede da classe depois de vasculhada e confiscados os bens, material de propaganda, livros, cofres, tudo foi parar na Rua dos Gusmões, na então famosa delegacia policial. Insatisfeita ainda com esta medida arbitrária e violenta, a Polícia intima os estabelecimentos comerciais a negar o fornecimento de gêneros aos grevistas e ordena à Caixa Econômica e Bancos a congelar importâncias em conta corrente da UNIÃO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS (...).”²⁴⁷ Nessa greve, afora a solidariedade recebida de sindicatos operários de vários Estados e categorias, assumiu papel decisivo a direção organizada por um Comitê de Greve diretamente impulsionado pela

União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). Além das várias reivindicações econômicas contidas num Memorial, os grevistas impõem como único organismo representativo para deliberar ante os patrões o próprio Comitê de Greve, reafirmando, portanto, na prática, a legitimidade do movimento e da sua entidade de classe. Durante o conflito, que durou 72 dias, o Comitê de Greve ampliou-se para uma verdadeira frente única operária, transformando-se em Comitê de Defesa Proletária, cujo boletim final analisava a vitória alcançada na greve não só do ponto de vista de uma luta econômica de resistência, mas também do ponto de vista de um combate político contra os patrões e seu governo.²⁴⁸

Está aí assinalada uma diferença fundamental entre a natureza de classe das antigas associações operárias e seu substitutivo criado pela legislação corporativista, com o Estado varguista, a partir de 1931. Nos sindicatos operários livres havia total identificação, nos momentos de luta, entre a classe operária posta em movimento e sua organização sindical: não é à toa que a esmagadora maioria das greves operárias na República Velha eram organizadas *através dos e nos* sindicatos de classe; todos os canais de mobilização e organização, durante os conflitos, passavam necessariamente pela própria liderança sindical e por dentro da própria organização material das associações: finanças, imprensa, sede de reuniões etc. As formas mais articuladas de organização política dos trabalhadores, nos momentos decisivos, como foi o Comitê de Defesa Proletária, em 1929, não ficavam à margem ou paralelos à estrutura sindical, mas vinham se combinar e intensificar ainda mais o papel dos sindicatos no enfrentamento político com o Estado.

Extirpar essa função política dos sindicatos operários foi, talvez, uma das principais reações do Estado pós-30 ao movimento dos trabalhadores; reação que somente se efetivou com a plena instalação do Estado Novo, após sete anos de acirrado enfrentamento de classes, onde a questão sindical passou a ocupar uma posição central na determinação da unidade e independência de classe do proletariado. E, nesta conjuntura, os anarcossindicalistas lutaram enquanto puderam contra o processo de destruição da antiga estrutura sindical livre e autônoma que eles haviam auxiliado a classe operária a construir durante a República Velha.

- ¹⁶⁵ Sobre a prática cultural anarquista no Brasil, vide a obra de RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo & Cultura social, 1913-1922*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, passim. Vide também FAUSTO, B., op. cit., item "A subcultura", p. 80-91.
- ¹⁶⁶ Cf. DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit, 1962, p. 220-1.
- ¹⁶⁷ Cf. PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo, Martins, 1962, p. 35 e 162-70.
- ¹⁶⁸ Cf. RODRIGUES, E., 1972, op. cit., p. 446-7. Dado o caráter inevitavelmente incompleto desse tipo de levantamento, o número de grupos teatrais operários deve ter sido na realidade superior a esta cifra.
- ¹⁶⁹ Idem, p. 77-81. Ainda sobre teatro operário, vide a pesquisa inédita de VARGAS, M. T. e LIMA, M. A. *O teatro operário em São Paulo (Anarquista)*. São Paulo, IDART, 1977.
- ¹⁷⁰ Sobre a imprensa operária no século XIX, vide LEONARDI, V. *Origines historiques du syndicalisme brésilien (1958-1908)*. Paris, 1973, tese de mestrado, mimeo. Além dos levantamentos da imprensa operária feitos nas obras de RODRIGUES, Edgar, op. cit. (1969-1972), cf. a recente pesquisa de FERREIRA, M. Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*, Petrópolis, Vozes, 1978, que se baseia no material do Arquivo Edgar Leuenroth, tratando com destaque a longa trajetória do jornal sindical *O Trabalhador Gráfico*. Para um levantamento completo do material existente no Instituto Internacional de História Social (Holanda), vide: GORDON, E., HALL, M. e SPALDING Jr., H. A. "A survey of Brazilian and Argentine materials at the International Instituut Voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam". *Latin American Research Review*, vol. VIII, n° 3, fall 1973, p. 27-77. Uma análise monográfica do jornal *O Amigo do Povo* e da revista *Aurora* encontra-se no artigo de HARTMAN, F. Foot. "Classes subalternas e cultura (São Paulo, 1889-1922)". In *Ordem/Desordem*, Belo Horizonte, Fac. Comunicação da Univ. Católica, n° 7, 1977, p. 36-58.
- ¹⁷¹ Cf. *A Plebe*: São Paulo, 25/9/1919, apud RODRIGUES, E., 1972, op. cit., p. 270.
- ¹⁷² Sobre estas ligas, vide CARONE, E. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, Difel, 1970, p. 162-8.
- ¹⁷³ Cf. *A Terra Livre*, 5/2/1907, apud FAUSTO, B., op. cit., p. 88.
- ¹⁷⁴ Cf. FAUSTO, B., op. cit., p. 86-91.
- ¹⁷⁵ Cf. FROUMOV, S. *La Commune de Paris et la démocratisation de l'école*. Moscou, Progrès, s/d, p. 46.
- ¹⁷⁶ Cf. FROUMOV, S., op. cit., p. 41-3. Na fase inicial de formação do movimento operário europeu, os trabalhadores da Liga dos Justos, clandestina, criaram associações legais de caráter cultural como "tática", segundo Engels, para desenvolver o trabalho político-organizativo. Assim,

em Londres, foi criada a Associação dos Operários Alemães para a Propagação da Instrução, em 1840. Em 1847 surgiria o Círculo de Estudos Operário-Comunista, também em Londres. Atividades semelhantes foram desenvolvidas na Suíça e em outros países. Quando as condições do país não permitiam a criação dessas associações legais, os membros da Liga "freqüentavam associações de ginástica, de canto, etc". Cf. ENGELS, F. "Quelques mots sur l'Histoire de la Ligue des Communistes". In *Oeuvres choisies*, Moscou, Progrès, 1970, p. 183-5. Isto não significa que, uma vez conquistado o direito de existência legal para as associações operárias, os socialistas subestimassem a importância de atividades no campo da educação e da cultura, como demonstrou, posteriormente, a prática da Primeira e da Segunda Internacionais.

¹⁷⁷ Cf. *O Amigo do Povo*, março/1904, n° 48.

¹⁷⁸ Cf. RODRIGUES, E. 1972, op. cit., p. 447-8.

¹⁷⁹ Cf. *O Amigo do Povo*, 26/11/1904, n° 63, p. 4.

¹⁸⁰ Cf. DIAS, E., op. cit., p. 43.

¹⁸¹ Cf. BANDEIRA, M.; MELLO, C.; e ANDRADE, T. A. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 12.

¹⁸² Cf. PENTEADO, J., op. cit., p. 171-95, 215-25, 245-50, 256-9 e 288-90.

CAPÍTULO 15

¹⁸³ RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, p. 35-6.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 38

¹⁸⁵ *Folha da Noite*, São Paulo, 18/11/1931, cit. in RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 38-9.

¹⁸⁶ Sobre a Colônia Cecília ver: RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 39-48; SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília — uma aventura anarquista na América*. São Paulo, Anchieta, 2. ed. 1942 (romance social); SOUZA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973 (ensaio histórico).

¹⁸⁷ WOODCOCK, George. *O anarquismo*. Lisboa, Meridiano, 1971, p. 7. Esta obra faz um apanhado geral e sintético das origens históricas do anarquismo e da evolução de suas várias correntes no plano internacional.

¹⁸⁸ WOODCOCK, George, op. cit., p. 17. Sobre a polêmica entre marxistas e anarquistas (liderados por Bakunin) no seio da Primeira Internacional (1864-76), vide ARRU, Angiolina. *Clase y partido en la I Internacional*. Madrid, A. Corazón, 1974. Ainda sobre análise teórica do anarquismo e sua importante presença no movimento operário argentino vide GÓDIO, Julio. *Inmigrantes asalariados y lucha de clases, 1880-1910*. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1973. Uma boa síntese das raízes internacionais do anarquismo e das relações históricas entre anarquismo e clas-

- se operária está exposta em FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1976, p. 62-71. Ainda sobre a doutrina e o movimento anarquista, ver: LEUENROTH, E. *Anarquismo — Roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963; GUÉRIN, D. *Anarquismo (da doutrina à ação)*. Rio de Janeiro, Gerninal, 1968.
- ¹⁸⁹ WOODCOCK, George, op. cit., p. 330-6 e p. 386 et segs.
- ¹⁹⁰ Muitos anos depois do período que ora analisamos, Trotski, apesar das divergências com os sindicalistas revolucionários, conclamava-os à frente única de classe pela unidade e independência sindical, por considerá-los interlocutores expressivos do movimento operário francês (cf. TROTSKI, L. *Escritos sobre sindicato*, São Paulo, Kairós, 1978). Os anarquistas, por sua vez, mesmo tendo participado de frentes únicas operárias em determinadas ocasiões, quase sempre guardavam certa distância em relação aos bolcheviques, levantando como argumento, entre outros, os acontecimentos de Kronstadt e da Ucrânia, durante a guerra civil na URSS, posterior à Revolução de Outubro.
- ¹⁹¹ RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito (pesquisa histórica: 1900/1935)*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1975 (?), p. 371.
- ¹⁹² FAUSTO, Bóris, op. cit., vide “Apêndice”, p. 251-73. É bom lembrar que, de acordo com o *Recenseamento de 1920*, o número total de trabalhadores industriais no Distrito Federal era cerca de 120 mil e, na cidade de São Paulo, 115 mil.
- ¹⁹³ RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo & Cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, p. 446-51.
- ¹⁹⁴ RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 451-2.
- ¹⁹⁵ Sobre o anticlericalismo na imprensa libertária ver FAUSTO, Bóris, op. cit., p. 82-6.
- ¹⁹⁶ Ver RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo & cultura social (1913/1922)*, op. cit., p. 48-66, 105-13, 169-77.
- ¹⁹⁷ Panfleto intitulado “Confederação Operária Brasileira — Ao Proletariado de Todo o Mundo”, assinado *A Comissão Confederal*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1915, original impresso.
- ¹⁹⁸ Sobre a solidariedade no Brasil, ver RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 254-63. Sobre a “Semana trágica”, cf. CARR, R. e ROMERO-MAURA, J. “Semana trágica”. In *História do século 20*, São Paulo, Abril Cultural, vol. 1, p. 281-4. Francisco Ferrer foi um importante intelectual anarquista espanhol, considerado um dos principais impulsionadores do Ensino Livre e da Escola Moderna, propostas pedagógicas fundamentais para a cultura libertária. Em 1909, por ocasião do levante operário de Barcelona, conhecido como “Semana trágica”, Ferrer foi preso e condenado ao fuzilamento pelo governo espanhol.
- ¹⁹⁹ Ver a respeito, BANDEIRA, Moniz et alia. *O Ano Vermelho (A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- ²⁰⁰ SILVA, L. Osório. “A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República”. *Cara a Cara*, ano 1, n.º 2, jul.-dez./1978, p. 98-106, cf. p. 104.
- ²⁰¹ Cf. BARROS, A. da Rocha. *Origens e evolução da legislação trabalhista*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, p. 48-9. Sobre a legislação trabalhista neste período e seu significado, ver FAUSTO, Bóris, op. cit., p. 223-33; PINHEIRO, P. Sérgio. “Proletariado industrial na Primeira República”. In FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil Republicano (História Geral da Civilização Brasileira, vol. 9)*. São Paulo, Difel, 1977, cf. p. 162-70.
- ²⁰² Ver RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 319-23.
- ²⁰³ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*, 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- ²⁰⁴ Cf. RODRIGUES, E. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 114-5.
- ²⁰⁵ Cf. RODRIGUES, E. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 118. As Resoluções deste Primeiro Congresso encontram-se expostas nas p. 115-35.
- ²⁰⁶ Idem, op. cit., p. 126.
- ²⁰⁷ Idem, op. cit., p. 128.
- ²⁰⁸ Idem, op. cit., p. 122-4.
- ²⁰⁹ Cf. *O Amigo do Povo*, n.º 33 e n.º 34, ago./set. 1904.
- ²¹⁰ Sobre as greves dessa fase, ver RODRIGUES, E. *Trabalho e conflito*, op. cit., p. 45-72.
- ²¹¹ Cf. NEVES, M. C. Baeta “Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa”. *Revista de Administração de Empresas*, n.º 13, 1973.
- ²¹² Sobre esta greve, ver RODRIGUES, E., *Trabalho e conflito*, op. cit., p. 85-106. Esta obra faz um relato minucioso de greves operárias do período 1900-35. Ainda sobre a greve da Paulista de 1906, ver FAUSTO, B., op. cit., p. 135-46.
- ²¹³ Cf. RODRIGUES, E., op. cit., p. 88.
- ²¹⁴ Apud RODRIGUES, E., op. cit., p. 93.
- ²¹⁵ *A Terra Livre*, Rio de Janeiro, 14/7/1907, apud RODRIGUES, E., op. cit., p. 113.
- ²¹⁶ RODRIGUES, E., op. cit., p. 125. Esta obra traz um capítulo detalhado sobre a greve geral de 1907; cf. p. 117-29. Sobre esta greve, ver, também: FAUSTO, B., op. cit., p. 146-50.
- ²¹⁷ Cf. RODRIGUES, E., op. cit., p. 137-9.
- ²¹⁸ Sobre o Congresso Operário de 1913, ver: RODRIGUES, E., *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 323-34, e “II Congrès Ouvrier Brésilien”. In *La vie ouvrière*, Paris, CGT, 20/11/1913, p. 632-4.

- ²¹⁹ Os relatórios que serão citados a seguir encontram-se, em originais manuscritos, no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro. Recentemente, alguns deles foram publicados por PINHEIRO, P. S. e HALL, M. *A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 132-60. Trata-se de um conjunto de respostas de várias associações sindicais à solicitação de informações feita em circular pela Comissão Organizadora do 2º COB.
- ²²⁰ Panfleto intitulado: "Confederação Operária Brasileira, Desde o umbral do palácio Monroe, onde se reúne o chamado 4º Congresso Operário Brasileiro — Ao proletariado em geral e especialmente aos delegados sinceros", assinado: *A Confederação Operária Brasileira*, original impresso, 1912.
- ²²¹ Idem, p. 1.
- ²²² Idem, p. 1.
- ²²³ Idem, p. 1.
- ²²⁴ Panfleto COB "Desde o umbral do palácio Monroe", doc. cit., p. 1.
- ²²⁵ Panfleto COB "Ao proletariado de todo o mundo", doc. cit., p. 1.
- ²²⁶ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*, apud BANDEIRA, M. et alia, op. cit., p. 56-7.
- ²²⁷ O melhor relato e análise da greve de 1917 encontra-se em FAUSTO, B., op. cit., p. 192-211. Ver também RODRIGUES, E., 1972, op. cit., p. 147-59, e BANDEIRA, M., op. cit., p. 56-64.
- ²²⁸ Sobre as repercussões da greve paulista de 1917 em outros Estados do Brasil e sobre a repressão que se abateu sobre a liderança anarquista após as jornadas de julho ver: BANDEIRA, M., et alia, op. cit., p. 64-71.
- ²²⁹ Não nos estenderemos mais sobre este período. A melhor análise desta conjuntura encontra-se em FAUSTO, B., op. cit., 3ª parte.
- ²³⁰ Cf. FAUSTO, B., op. cit., p. 211-6.
- ²³¹ DIAS, Everardo. *Memórias de um exilado (episódios de uma deportação)*. São Paulo, 1920.
- ²³² *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, Cooperativa Gráfica Popular, ano 1, agosto 1920, nº 1.
- ²³³ *Boletim da C. E. do 3º COB*, op. cit., p. 15.
- ²³⁴ Idem, p. 16.
- ²³⁵ *Spartacus*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 10, 4/10/1919, p. 1.
- ²³⁶ A título de ilustração, é interessante lembrar que, na mesma época, formara-se no Chile o Partido Comunista, com cerca de 2.000 militantes, egressos, em sua imensa maioria, do partido operário socialista de Luís Recabarren.
- A análise do movimento operário no Brasil, após 1922 — em especial a questão político-partidária —, merece, evidentemente, um apro-

fundamento maior, em função da complexidade de variáveis históricas, até hoje não suficientemente esclarecidas. Entretanto, tal análise foge aos objetivos deste ensaio: as exigências historiográficas e teóricas para o exame do período subsequente determinam outro trabalho específico.

- ²³⁷ *Boletim da C. E. do 3º COB*, op. cit., p. 12-3.
- ²³⁸ Idem, p. 18-20.
- ²³⁹ Confederação Operária Brasileira: *Diário do Congresso Operário Regional*. Porto Alegre, 21-25 de março de 1920 (Atas de 8 Sessões Plenárias e Sessão de Encerramento).
- ²⁴⁰ Idem, ibidem.
- ²⁴¹ Sobre o 3º COB, ver — além do *Boletim da C. E.*, op. cit. — RODRIGUES, E., 1972, op. cit., p. 307-20. Os anarcossindicalistas estiveram presentes com algum significativo peso no movimento operário brasileiro até, pelo menos, 1935.
- ²⁴² Cf. DULLES, J. W. F., op. cit., p. 195; PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M., op. cit., p. 268-70; CHAUI, M. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 80.
- ²⁴³ Cf. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, 28/2/1923 cit. in RODRIGUES, E. *Novos Rumos (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s/d, p. 135.
- ²⁴⁴ Cf. "Moção dos Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias", São Paulo, julho/1924, doc. cit. in RODRIGUES, E., *Alvorada operária*, op. cit., p. 331-4.
- ²⁴⁵ Cf. DULLES, J. W. F., op. cit., parte IV; cf. RODRIGUES, E., *Novos rumos*, op. cit., cap. 23 a 27.
- ²⁴⁶ Sobre o movimento operário nessa conjuntura ver, entre outros: RODRIGUES, E., *Trabalho e conflito*, op. cit., e *Novos rumos*, op. cit.; DULLES, J. W. F., op. cit.; PINHEIRO, P. S. & HALL, M. M., op. cit.; CHAUI, M., op. cit.; BASBAUM, L. *História sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 4. ed., 1976, vol. 2; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976; CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979.
- ²⁴⁷ Doc. cit. in RODRIGUES, E., *Trabalho e conflito*, op. cit., p. 338.
- ²⁴⁸ Cf. doc. cit. in CARONE, E., *Movimento operário...*, op. cit., p. 99-104. Sobre esta greve, vide ainda RODRIGUES, E., *Novos rumos*, op. cit., p. 311-16.

Bibliografia comentada



O leitor interessado em aprofundar os temas tratados neste livro encontrará uma vasta bibliografia citada nas notas precedentes, que contém desde análises teóricas e referências internacionais, até fontes primárias detalhadas: manuscritos, relatórios, depoimentos, requerimentos, panfletos e periódicos da imprensa operária.

Comentaremos, a seguir, alguns títulos, com o intuito de facilitar o trabalho de professores e estudantes. Priorizamos, nesta listagem, obras mais abrangentes e edições mais acessíveis ao leitor brasileiro.

Sobre a história industrial anterior a 1930

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.

Visão panorâmica fundamental para se compreender a forma assumida pela acumulação do capital no período estudado.

CASTRO, A. B. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Forense, 1971. 2 v.

Destaque para o segundo volume, onde são analisados os mercados regionais e a industrialização descentralizada.

CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo, Difel, 1977.

Seleção comentada de documentos sobre o empresariado e suas associações de classe.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.

Um clássico no assunto, mencionado em todos os estudos anteriores.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, Senai, 1986. 5 v.

O ensino técnico em todos os Estados brasileiros, das origens ao século XX. A primeira edição é de 1961-62.

LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. 2 v.

Destaque para o segundo volume, onde é analisado o processo de transição da manufatura para a indústria, de 1888 aos anos 1920.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

Desenvolve reflexão teórica sobre o tema.

STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Estudo pioneiro editado originalmente pela Harvard University Press em 1957.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Destaque para o estudo da indústria no século XIX. Referências a vários Estados brasileiros e muitos ramos industriais, a partir de extensa pesquisa documental.

VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1977.

Destaque para o capítulo "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição", de F. R. Versiani e M. T. Versiani.

Sobre a história do trabalho e as origens do movimento operário

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1976.

Um dos melhores estudos sobre o operariado de São Paulo e do Rio de Janeiro na Primeira República.

FERREIRA, M. N. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

Apresentação sistemática do acervo inicial do Arquivo Edgard Leuenroth.

HARDMAN, F. F. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Estudo sobre as manifestações culturais do movimento anarquista.

MARAN, S. L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Destaque para o estudo do movimento operário no Rio de Janeiro.

PINHEIRO, P. S. & HALL, M. M. *A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega/Brasiliense, 1979/81, 2. v.

Seleção muito bem organizada de fontes primárias relativas ao movimento operário (v. 1) e às condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (v. 2).

PRADO, A. A., org. *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Coletânea de artigos e depoimentos originais.

SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus/USP, 1966

Estudo pioneiro sobre a organização sindical no Brasil.

Sobre a imprensa operária

A VIDA. São Paulo, Ícone, 1988.

Publicação mensal anarquista. Rio de Janeiro, 1914-15. Edição fac-similar aos sete números dessa interessante revista libertária organizada pelo ASMOB-Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano (Milão) e pelo Centro de Memória Sindical.

A VOZ DO TRABALHADOR. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1985.

Órgão da Confederação Operária Brasileira, publicado no Rio de Janeiro entre 1908 e 1915. Esta edição fac-similar reproduz 71 números desse jornal, organizada pelo ASMOB (Milão) e pelo Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp).

Obra de referência geral

HOLANDA, S. B. & FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960-1984, 11 v.

Contém vários artigos sobre indústria e trabalho no Brasil, no período estudado, nos tomos II (O Brasil Monárquico) e III (O Brasil Republicano). Consultar, em particular, os volumes 3, 4, 5, 6, 7 e 9.



SBD / FFLCH / USP	
SEÇÃO DE: LETRAS	TOMBO: 221628
AQUISIÇÃO: DOAÇÃO /	
	PROLAM

não significa que o trabalho não se beneficie de todo o acumulado de uma análise comparativa internacional, de pleno domínio dos autores. (...)

Na maior parte da historiografia e das análises do movimento operário, quase não se tem idéia do que eram as condições de trabalho. Este estudo reconstitui com cuidado o espaço da fábrica, o regime de trabalho, a relação com as máquinas. Mas, além de analisar as condições de trabalho, faz interpenetrar o estudo com as condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, a difícil reconstituição do cotidiano operário. Empreitada mais difícil levados em conta os reduzidos registros existentes desses aspectos. E o cotidiano não se mantém apenas no quadro material, mas é abordada ainda a delicada questão da "cultura operária", sabiamente ultrapassando os autores armadilhas que essa temática tem produzido.

Utilizando fontes pouco ou quase nada trabalhadas, Foot e Leonard deram relevo também ao estudo de controle social através da repressão a que estiveram submetidos os trabalhadores, por parte dos empresários e por parte do Estado na maioria das vezes numa harmônica colaboração entre os dois. Difícil falar da classe operária no Brasil sem mencionar uma das determinações que, sem dúvida, mais pesaram na configuração do movimento operário. Durante todo o período republicano houve um uso sistemático da violência policial contra os operários e suas organizações. (...)

A proposta inicial do livro poderia ser amplíssima. Mas os autores souberam dar conta dela, rompendo ao mesmo tempo com as visões estanques sobre a classe operária, a burguesia industrial e o movimento operário e com as generalizações grandiloquentes tão caras à sociologia.